

Preservar bancos públicos é garantir investimento

O Governo Temer, apoiado pelos banqueiros privados e pelo capital internacional, está destruindo as empresas estatais e o patrimônio público brasileiro. Nas últimas semanas vendeu, a preço de liquidação, quatro usinas hidrelétricas a investidores estrangeiros, garantindo-lhes alto lucro à custa do aumento da tarifa de energia para a população. Está vendendo a parte mais lucrativa da Petrobrás, como oleodutos e transportadoras, e entregando às grandes petrolíferas multinacionais, a preço desprezível, campos de petróleo já perfurados, que poderiam garantir o financiamento à educação brasileira e agora vão aumentar os lucros privados destas empresas.

A intenção do Governo com os bancos públicos é a mesma. Reestruturar, fechar agências, demitir funcionários, reduzir a participação no mercado, abrir espaço para os concorrentes privados. Enfraquecer o BB, a Caixa, o BNDES, todos os bancos públicos para sucatear e vender aos concorrentes.

Esta política compromete o futuro dessas empresas e o futuro do Brasil. Veja as duas tabelas abaixo (dados do IBGE e Bacen). O período recente em que o Brasil mais cresceu foi quando a participação dos bancos públicos nas operações de crédito aumentou significativamente. De 2005 a 2015 os bancos públicos triplicaram as operações de crédito em relação ao PIB e os bancos privados cresceram só 36%. Como resultado, os investimentos (FBCF) atingiram 21,7% em 2013, recuando em 2016 para níveis da década de 1990. Investimento significa mais emprego, mais renda e mais qualidade de vida. Queda nos investimentos produz desemprego e miséria.

Sindicatos organizam manifestações em defesa dos bancos públicos – eles organizam a luta contra a privatização fazendo manifestações públicas em defesa dos bancos públicos toda quarta-feira. Também estão realizando audiências públicas em defesa do BB e bancos públicos em Câmaras de Vereadores, para conquistar apoio de parlamentares e de entidades da sociedade civil. As Câmaras de São Paulo, Carapicuíba, Osasco, Santo André, Embu e outras cidades já realizaram audiências.



SFN – Operações de Crédito em Relação ao PIB

Ano	Bancos públicos	Bancos privados	Total
1995	18,6 %	15,2 %	33,8 %
2000	12,2 %	15,5 %	27,7 %
2005	10,4 %	17,9 %	28,3 %
2010	18,9 %	26,3 %	45,2 %
2015	29,8 %	24,4 %	54,2 %

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) versus PIB Brasil

2000	2005	2010	2013	2015	2016
18,3 %	17,2 %	20,6 %	21,7 %	17,6 %	16,4 %

Banqueiros querem e defendem o fim do BB – O Banco do Brasil contratou, sem licitação, a empresa Falconi Consultores de Resultados, para assessorar processos de reestruturação e diminuir seu espaço no mercado. O Conselho de Administração da Falconi conta com o Sr. Pedro Moreira Salles, dono do Itaú-Unibanco.

Os banqueiros Gustavo Franco, da Rio Bravo Investimentos, e Pedro Malan, ex-presidente do Conselho de Administração do Itaú e atual conselheiro internacional do Itaú-Unibanco, foram à imprensa dizer que o BB está “pronto para ser privatizado”. São banqueiros interessados em comprar o BB a preço de liquidação.

Vamos resistir com toda a força para impedir este desmonte!

Descomissionamentos assombram funcionários

Banco demite, descomissiona e desestrutura a empresa. A quem interessa?



A política de desmonte do Banco do Brasil, iniciado no fim de 2016 com a reestruturação que eliminou agências, reduziu dotações e retirou funções, fez com que muitos colegas aderissem ao PEAI na tentativa de se resguardar da política de terror que começou a ser implantada.

Desde o fim de 2016, a diretoria do banco descomissionou em vários segmentos. Os sindicatos recebem com frequência denúncias de caixas, assistentes, gerentes de relacionamentos, gerentes gerais, que perderam seus cargos. No dia 15/09, o BB descomissionou 10 gerentes de uma só vez apenas na cidade de São Paulo, agravando o clima de ansiedade e insegurança.

O BB diz que os descomissionamentos ocorrem dentro da regra e por desempenho abaixo do esperado. "As denúncias que recebemos demonstram o contrário: colegas com desempenho satisfatório perdem a comissão. O banco não segue nem o critério que ele próprio estabeleceu, o Radar do Gestor. Esta ferramenta de avaliação para ascensão e descenso profissional é desprezada pelo próprio banco e gerentes perdem o cargo de forma arbitrária", critica João Fukunaga, representante da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP), na Comissão de Empresa. A Comissão de

Empresa já protestou com o banco para que pare com este massacre, mas o banco segue desrespeitando quem sempre se dedicou a construir a empresa.

O aumento nos descomissionamentos converge com a intenção do Governo de privatizar as empresas estatais e sua intenção clara de enfraquecer os bancos públicos para abrir espaço para os concorrentes privados. Internamente, o banco implanta os escritórios digitais que modificam a estrutura e desorganizam o funcionamento do banco, levando à perda de clientes. Alegando a implementação de novas tecnologias, o banco reduz postos de atendimento, elimina cargos comissionados, reduz o quadro das unidades e deteriora as condições de trabalho.

Muitas agências estão sem condições de atendimento, lotadas e com falta de funcionários. A nova estrutura digital atende apenas uma pequena parcela da população. Esse verdadeiro desmonte promovido pelo governo e pela gestão do BB faz com que a população seja levada a acreditar que o BB possui o pior atendimento, como mostra o alto índice de reclamações no Banco Central.

Somente a organização e resistência dos funcionários e da sociedade podem reverter este processo destrutivo. Não à privatização do BB!

Liminar garante incorporação de comissão para quem tem 10 anos no cargo

A ação civil pública, concedida em 28 de setembro, garantiu aos trabalhadores atingidos pela reestruturação imposta pelo Banco do Brasil, o direito de manterem a comissão recebida por dez anos ou mais, inclusive incorporando-as aos salários.

A liminar anulou, ainda, "quaisquer supressões de gratificação no contrato de trabalho" e garantiu "a incorporação definitiva da gratificação/comissão recebida por 10 anos ou mais, passando a receber tratamento de salário, acompanhando os reajustes previstos nas CCTs e ACTs, com reflexos em DSR, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, horas extras, anuênios, PLR, FGTS e contribuições para Previ", sentenciou o Juiz do Trabalho Jonathan Quintão Jacob, da 17ª Vara do Trabalho de Brasília.

No mandado de segurança impetrado contra a decisão do juiz de 1ª instância, o banco teve acolhido seu pleito em relação a três pontos: a remuneração a ser in-

tegrada ao salário deve levar em conta a o valor médio das gratificações recebidas nos últimos 10 anos. Além disso, determinou um prazo, de 60 dias, para que o BB volte a cumprir o pagamento das comissões. Por último, permitiu que o banco comprove justo motivo para não pagamento da gratificação.

O banco pode recorrer, mas até lá tem de cumprir a determinação judicial sob pena de pagamento multa diária de R\$1.000,00 por empregado.

"A sentença tem abrangência nacional. Os colegas atingidos pela reestruturação devem ter sua comissão ou gratificação de volta", comemora Rodrigo Leite, representante da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP). "O movimento sindical está firme na defesa dos direitos dos trabalhadores. Não aceitamos o desmonte do BB e os ataques aos funcionários feitos pelo Governo Temer", completa.